



## REVISTA DA ESPC – VOLUME 5, NÚMERO 1, 2024

### EDITORIAL

A Edição de 2024 da Revista da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná (ESPC) traz pesquisas relevantes para a segurança pública paranaense, cujo panorama geral envolve duas questões centrais: integração e multidisciplinaridade.

Em primeiro lugar, destacamos os artigos selecionados nas bancas de defesa de Monografia de conclusão do curso de pós-graduação Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais, promovido pela ESPC. Este curso deu ênfase ao caráter interdisciplinar não somente nas disciplinas, que trouxeram a discussão ética e filosófica para a realidade da atividade policial, mas também em seu corpo discente ao oportunizar uma integração das diversas forças de segurança. A qualidade das discussões em sala de aula foi coroada com artigos instigantes e reflexivos, que apresentamos a seguir.

Iniciamos com as discussões realizadas no âmbito da PCPR. O primeiro artigo tem o título “**Reflexões sobre as atribuições da PCPR frente ao adolescente infrator**”, de autoria da Delegada de Polícia Eliete Aparecida Kovalhuk, e examina o papel da Polícia Civil no contexto do sistema socioeducativo, contribuindo para o aprimoramento das práticas dos policiais civis ao alinhar suas ações aos princípios de proteção integral e garantia de direitos estabelecidos pelo ECA, para um resultado mais eficaz aos adolescentes em conflito com a lei.

O segundo artigo tem o título “**A inamovibilidade na carreira de Delegado de Polícia**”, de autoria da Delegada de Polícia Daniela Corrêa Antunes Andrade, e realiza um estudo comparado ao direito previsto legalmente aos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos, para então analisar a garantia da inamovibilidade aos Delegados de Polícia e se essa garantia influenciará de alguma forma na decisão moral a ser tomada pelo profissional na carreira.

Por sua vez, o estudo “**A coleta de impressões digitais e os preceitos individuais da personalidade**”, de autoria da Papiloscopista policial Noeli Erthal da Silva Fernandes, discorre sobre os elementos fundamentais da papiloscopia, partindo de um breve relato histórico de seu emprego na história da identificação humana. Além disso, questiona sobre os limites da utilização da coleta de impressões digitais e dos preceitos individuais da personalidade, com base no ordenamento jurídico brasileiro.

Os próximos quatro artigos focalizam demais instituições que compõem o sistema de segurança pública e eventuais questões éticas passíveis de serem observadas em seus âmbitos. O artigo “**Direitos humanos e a intervenção da segurança pública em conflitos sociais urbanos de habitação em Curitiba**” de autoria do Inspetor da Guarda Municipal de Curitiba



Adelson Lopes, aborda a mediação de conflitos fundiários urbanos como estratégia para lidar com remoções e despejos forçados, visando evitar violações aos direitos humanos, e a importância da cooperação entre várias entidades para manter a ordem e a segurança pública.

Na sequência, o texto **“A ética das virtudes como instrumento de educação moral nos cursos de formação da Polícia Militar do Paraná”**, de autoria do Capitão da Polícia Militar Rildo Fausto Kops Neto, propõe uma reformulação pedagógica na formação filosófica dos cursos formativos da Polícia Militar do Paraná, substituindo a atual abordagem teórica, focada na história da filosofia e em conceitos tradicionais, para a ética das virtudes, enfatizando o desenvolvimento do caráter e a prática de virtudes morais.

Já o estudo **“A ética na Polícia Penal: pressupostos da ação policial”**, de autoria do Policial Penal Rodrigo Alves Fávaro, busca identificar e propor os princípios éticos que regem e amparam a atuação da Polícia Penal no Paraná. Discute, também, a ética deontológica como princípio para reforçar a identidade profissional desse servidor.

Na esfera forense, o artigo **“Ética na computação forense sob a ótica da filosofia da ciência”**, de autoria do Perito Oficial Criminal Márcio Lopes Vilanova e Silva, analisa as atividades realizadas pela Computação Forense, área responsável pelas perícias em vestígios cibernéticos, a fim de levantar as implicações éticas que podem ocorrer considerando os conceitos de carregamento/impregnação teórica e de valor.

Passamos, então, para uma discussão sobre a inovação e o futuro da segurança pública com o estudo **“Implantação do sistema SAI na segurança pública: uma análise processual pós-constituição de 1988”**, de autoria de Gabriel Henrique Varchaki Sampaio, e que destaca a evolução das técnicas de coleta de dados em pesquisas sociais e criminais, a exemplo da implementação inovadora da entrevista autoadministrada na Holanda. Discute, também, que a implementação de um sistema de entrevista autoadministrada nas investigações policiais, inspirada nesse modelo, tem o potencial de transformar significativamente o sistema de justiça.

Também destacamos nesta Edição de Volume 5, além dos artigos produzidos pelos alunos da pós-graduação, outros estudos elaborados pelos policiais civis do Paraná e que buscam igualmente demonstrar a importância da cooperação entre os órgãos públicos para as investigações policiais. Assim, o artigo **“Crimes contra a ordem tributária e a atuação conjunta da Polícia Civil e da Receita Estadual do Paraná – Operação Nota Paraná”**, de autoria do Delegado de Polícia Rafael Bacelar de Souza, ressalta a relevância da atuação conjunta dessas duas instituições em destaque no título, sobretudo pelo viés pragmático da investigação policial que culminou na chamada Operação Nota Paraná, deflagrada em dezembro de 2021 na cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

O artigo seguinte, **“Suicídios: uma análise quantitativa dos casos em Curitiba (PR) entre 2020 e 2023”**, de autoria do Delegado de Polícia Vyctor Hugo Guaita Grotti, do Agente de Polícia Judiciária Eros do Rocio Pereira dos Santos e de Nei Marques Bonfim



Júnior é um estudo quantitativo que visa analisar os Boletins de Ocorrência com casos de suicídios registrados na capital do Paraná durante o recorte selecionado, levando em consideração os aspectos geográficos da cidade, individuais (sexo, orientação sexual, faixa etária, raça ou cor, profissão, escolaridade e estado civil) e os meios empregados, buscando compreender as especificidades do suicídio na região.

Por fim, trazemos nesta Edição dois estudos com temas pertinentes relativos à Papiloscopia. O artigo intitulado “**A tríade de reconhecimento facial na identificação humana**”, de autoria da Papiloscopista policial Tathiana Carla Honorato, objetiva avaliar a metodologia de comparação facial instituída em 2019 pelo Instituto de Identificação do Paraná, que utiliza sistemas automatizados e examinadores faciais. Considera a implementação da tríade de reconhecimento facial para oferecer um serviço público mais eficiente e reduzir a possibilidade de erros. Discute, ainda, sobre a possível colisão entre a necessidade do reconhecimento facial para fins da segurança pública e os direitos individuais à privacidade e à proteção de dados pessoais.

E concluindo, na Seção de Notas de Pesquisa temos o estudo “**Reciclagem de materiais na perícia papiloscópica**”, de autoria da Papiloscopista policial Elly Astrid Vedam, que visa demonstrar como a reciclagem de pilhas e pneus pode ser uma técnica eficaz e econômica para confecção do pó preto, principal produto utilizado na revelação de impressões de digitais em locais de crime. A técnica proposta também contribui para a proteção ambiental, visando um consumo consciente dos materiais.

As pesquisas que compõem esta Edição retratam as atualizações e melhorias promovidas no Plano de Desenvolvimento Institucional desta Escola Superior, refletindo a integração entre as Áreas Temáticas que fazem parte da Matriz Curricular. Esperamos que estes estudos tragam inspiração para reflexão e aprimoramento constante da prática policial. Boa leitura!

**Prof. Dr. Rafael Ferreira Vianna**

Diretor da ESPC

**Profª Drª Patricia Villa Costa Vaz**

Editora-chefe da Revista da ESPC